

ARTIGO

A extensão (ou comunicação) em Psicologia como instrumento para um projeto de Psicologia Popular

Extension (or communication) in Psychology as an instrument for a Popular Psychology project

Pedro Henrique Antunes da Costa^[1]

[1] Universidade de Brasília

RESUMO A extensão tem ganhado relevância na formação em Psicologia, enquanto mediação que possibilita um maior “contato com a realidade”, sobretudo a realidade das maiorias populares em um país marcado pela desigualdade social e pronunciadas formas de exploração e opressão. Nesse sentido, tal convocação à Psicologia advém com um chamado também cada vez maior para que ela se (re)pense. No presente artigo, abordamos a relevância da extensão (ou comunicação) para a construção de um projeto de Psicologia Popular. É um trabalho de caráter reflexivo, teórico, mas com implicações práticas, que traz consigo um conjunto de reflexões que nascem de experiências do autor como docente e coordenador de projetos de extensão em Psicologia pela Universidade de Brasília, realizados no Distrito Federal, sobretudo em territórios periféricos, dialogando com iniciativas históricas na Psicologia brasileira – e, em extensão, latino-americana – e outras que atravessaram a Psicologia, oriundas de outros campos do saber-fazer, como a pedagogia e educação popular *freireana*. Para isso, refletimos sobre que tipo de Psicologia Popular e de extensão queremos, e como a segunda pode – e deve – contribuir à primeira. Todo o processo aqui exposto aponta para que a extensão e a Psicologia, no intuito de fortalecerem a auto-organização, a autodeterminação das maiorias populares na construção do poder popular, sejam tomadas como *meios* e não *fins* em si. Acreditamos que podem servir a outras iniciativas extensionistas na e pela Psicologia, bem como à formação e *práxis* psi como um todo, indo, inclusive para além da própria Psicologia e da extensão, na construção de um horizonte em que não sejam mais necessárias.

PALAVRAS-CHAVE extensão popular, comunicação, psicologia popular

ABSTRACT The extension has gained relevance in Psychology graduation, as a mediator that enables greater “contact with reality”, especially the reality of popular majorities in a country marked by social inequality and pronounced forms of exploitation and oppression. In this sense, such call to the Brazilian Psychology comes with an increasingly greater invitation for it to (re)think itself. In this article, we address the relevance of extension (or communication) for the construction of a Popular Psychology project. It is a work with reflexive and theoretical character, but with practical implications, that brings with it a set of reflections that arise from the author’s experiences as a teacher and coordinator of extension projects in Psychology at the University of Brasília, carried out in the Federal District, especially in peripheral territories. We also dialogue with historical initiatives in the Brazilian Psychology – and, to an extent, Latin American – and others that crossed Psychology, coming from other fields of know-how, such as Freirean pedagogy and popular education. To do this, we reflect on what type of Popular Psychology and extension we want, and how the second can – and should – contribute to the first. The entire process exposed here points to the fact that extension and Psychology, with the aim of strengthening self-organization and self-determination of popular majorities in the construction of popular power, are taken as *means* and not *ends*. We believe that they can serve other extension initiatives in and through Psychology, as well as psi formation and praxis as a whole, even going beyond Psychology and extension, in the construction of a horizon in which they are no longer necessary.

KEYWORDS popular extension, communication, popular psychology.

INTRODUÇÃO

No presente artigo, de caráter teórico, reflexivo, mas com implicações práticas, abordamos a relevância da extensão (ou comunicação) para a construção de um projeto de Psicologia Popular. O trabalho resulta de reflexões decorrentes do autor como docente e coordenador de projetos de extensão em Psicologia pela Universidade de Brasília, realizados no Distrito Federal. Não se trata de um relato de experiência propriamente dito, mas de um conjunto de elaborações, ainda incipientes, bastante introdutórias e nada originais, que nascem de experiências na e com a extensão, as quais acreditamos que podem servir a outras iniciativas extensionistas na e pela Psicologia, bem como à formação e *práxis* psi como um todo. Contudo, mesmo sem a necessidade de apresentação das atividades de extensão das quais decorrem as reflexões e sinalizações, explicitamos que se trata de projetos realizados mormente em territórios periféricos, e que abordam diversas *temáticas* que, na verdade, dizem da constituição dos indivíduos, suas relações sociais e seus processos de vida em nossa realidade, como, por exemplo: saúde mental, educação popular, políticas de saúde, assistência social e da socioeducação e a gerência das expressões e/ou desdobramentos objetivos e subjetivos da “questão social” (como a pobreza, o desemprego, violência, criminalidade, a própria saúde e saúde mental, dentre outras). Quanto aos seus referências e fundamentações teórico-práticas, estes serão discorridos no próprio desenvolvimento do artigo.

O argumento a ser desenvolvido é que a extensão é fundamental para consolidação de uma psicologia que seja realmente popular, não apenas por ampliar seu alcance social para parcelas populacionais mais pauperizadas e subalternizadas da população (Yamamoto, 2007), mas por tomar as suas necessidades como sendo as necessidades da Psicologia, bem como construir coletivamente com tais sujeitos e realidades os caminhos para a lida com tais necessidades. Para isso, a Psicologia deve repensar a si como um todo, de modo a refletir sobre suas formas tradicionais de inserção em contextos distintos daqueles que configuraram seu carro-chefe (sobretudo a clínica), o que, por sua vez, denota a relevância da *extensão* como mediadora deste processo. Partimos do diálogo com autores fundamentais da tradição crítica na/da/à Psicologia, especialmente os que desenvolvem tal crítica (enquanto *práxis*) no contexto latino-americano, e com os aportes de outros campos do saber-fazer, mas que historicamente romperam com as parcializações acadêmicas e da divisão social e técnica do trabalho, influenciando inclusive nos referidos movimentos de crítica na/da/à Psicologia, como as contribuições de Paulo Freire e sua proposta de extensão e educação (populares).

O debate sobre a importância da extensão na Psicologia ganha ainda mais relevo no presente em decorrência da recente homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Psicologia. Apesar de recém homologadas pelo Ministério da Educação, o Parecer do Conselho Nacional de Educação - nº 1.071 – referente a elas é de 04 de dezembro de 2019. No documento, a extensão é citada cinco vezes, sendo duas vezes enquanto uma das respon-

sabilidades dos Serviços-Escolas (junto da formação e da pesquisa) e uma atrelada à pesquisa e ao estágio como componente a ser desenvolvido nos Projetos Pedagógicos Complementares (PPCs). Nas outras duas menções, que são específicas à extensão, temos: “Art. 13. O curso de graduação em Psicologia deve criar e executar projetos de extensão relacionados aos seus eixos estruturantes e às suas ênfases curriculares”; e, como parágrafo único do referido artigo, “[a]s atividades de extensão devem fomentar as práticas interdisciplinares, transdisciplinares e inter-setoriais entre professores, estudantes e ao longo da formação” (Brasil, 2019, p. 12).

Cabe ressaltar que, nas DCNs antigas, a extensão aparecia apenas uma vez, da seguinte forma: “projetos de extensão universitária e eventos de divulgação do conhecimento, passíveis de avaliação e aprovados pela instituição” (Brasil, 2011, p. 7). Ou seja, uma menção genérica, protocolar, cuja menção conjunta a eventos de divulgação de conhecimento pode nos dar pistas sobre uma concepção de extensão como mero ato de se estender o conhecimento.

Soma-se a isto a publicação da Resolução nº 7 (Brasil, 2018), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, regulamentando, inclusive, a sua curricularização nas matrizes e grades de curso, com o intuito de, por meio da maior interação com a sociedade, promover mudanças e transformações. E a própria literatura científica aponta as contribuições da extensão à formação e *práxis* em psicologia, nos mais variados campos de inserção (Guedes *et al.*, 2009; Costa Neto *et al.*, 2020; Jager *et al.*, 2021).

Por fim, há de se considerar a cada vez maior relevância das políticas públicas como forma de inserção e trabalho da Psicologia, o que denota uma série de mudanças na identidade profissional (Brasil, 2019). Dessa forma, a extensão ganha relevância na formação em Psicologia, enquanto mediação que possibilita este maior “contato com a realidade”, sobretudo a realidade das maiorias populares em um país marcado pela desigualdade social e pronunciadas formas de exploração e opressão, de modo que tal convocação à Psicologia advém com um chamado também cada vez maior para que ela se (re)pense.

DE QUE PSICOLOGIA (POPULAR) ESTAMOS FALANDO?

Tomamos como ponto de partida o artigo *Proposta de um caminho para a Psicologia junto à classe oprimida. Por uma Psicologia Popular*, de Cezar Wagner de Lima Góis (1984); texto seminal acerca de uma proposta concreta de Psicologia Popular – como o próprio título já indica. Nele, o autor reflete sobre as possibilidades de construção de uma Psicologia Popular, “que pudesse estar mais presente na vida do oprimido” (p. 87), a partir de um projeto de extensão em Pirambu, um bairro subalternizado na área litorânea de Fortaleza, Ceará.

Segundo o autor, pensar uma Psicologia Popular passa, necessariamente, pela constatação da condição desumanizada, exploratória e oprimida do grosso da população – a classe trabalhadora –, na qual “só resta uma saída para o povo: ser responsável pela sua organização, decidir seu rumo, exigir os seus direitos e impor sua autoridade para governar” (Góis, 1984, p. 88). Dessa forma, a Psicologia é convocada, primeiramente, a se deslocar dos espaços tradicionais nos quais atua, mormente a clínica autônomo-liberal, no molde individual-privativo, mas também o *mundo do trabalho* (indústrias e fábricas, empresas e as chamadas *organizações*) e as escolas. Contudo, este deslocamento não pode ser meramente físico, geográfico, espacial, implicando antes de tudo um amplo processo de reformulação das próprias bases da Psicologia, em termos das concepções de ser humano, sociedade e mundo que a hegemonizam – liberais, idealistas etc. –, de modo que isso se expresse também em reformulações e mudanças teórico-práticas.

Oswaldo Yamamoto (2012), em artigo debatendo a função social da Psicologia no marco de 50 anos de sua regulamentação profissional, buscou analisar tais mudanças no *locus* de atuação profissional e o que isto significava em termos de mudanças reais, concretas na *práxis* psi. A partir de contato com outras pesquisas que mapearam e identificaram tais dinâmicas na profissão, sobretudo, a partir de sua inserção nas políticas públicas, o autor indagou e constatou:

E o que os psicólogos estão fazendo nesses espaços de inserção profissional? No setor público, a principal atividade é... aplicação de testes psicológicos (32,9%), seguida de psicodiagnóstico, com 29,6%. E no terceiro setor? Psicodiagnóstico, com 27,6%, e aplicação de testes psicológicos, com 23,5%. Sem invocar qualquer teoria da conspiração e ciente do risco de simplificar a questão, é inescapável a lembrança da tese do gatopardismo, de Giuseppe de Lampedusa (Yamamoto, 2012, p. 8)

Costa e Mendes (2018), apontam que, ao mesmo tempo “o maior envolvimento (teórico-conceitual, prático e ético-político) da Psicologia com a pobreza e demais expressões da questão social se atrela à maior vinculação da profissão com as políticas públicas e sociais” (p. 1128), havendo nisto um movimento de autocrítica acerca do *compromisso social* histórico da Psicologia com a manutenção da ordem social

a hegemonia na Psicologia ainda se faz valer por meio de leituras e práticas individualizantes, psicologizantes, conformadas com a manutenção da ordem; ou que se aproximam da pobreza e da população pobre apenas fisicamente, como é o caso de atuações no âmbito das políticas públicas ou “na” comunidade (Mendes; Costa, 2018, p. 1133).

Mesmo o trabalho nas políticas sociais deve ser analisado a partir da sua concretude, nos marcos de uma análise totalizante que apreenda suas potencialidades, mas também seus limites e contradições. Dessa forma, concordamos com Boechat (2022, p. 35), em que o “trabalho nas políticas sociais não deve ser encarado como emancipatório por si só, mas como meio para o fortalecimento de espaços autônomos de organização popular”. Ainda em diálogo com o autor, não precisamos “escolher entre o trabalho nas políticas sociais ou o trabalho pela construção do poder popular” (Boechat, 2022, p. 33), como se fosse um *ou* o outro, mas pensar como a inserção e trabalho nas políticas sociais nos possibilitam meios, mediações táticas a serem trabalhadas e desenvolvidas para o fortalecimento dos indivíduos, grupos, comunidades e seus respectivos instrumentos e meios de organização, mobilização, reivindicação e luta. As políticas e seus respectivos serviços enquanto formas de acesso à comunidade, às frações mais oprimidas e exploradas da classe trabalhadora, que são *com quem se trabalha*. Logo, não se trabalha no *serviço X*, ou não se realiza uma ação de extensão no *dispositivo Y*, mas se trabalha *com* as pessoas e comunidade abarcadas pelo *serviço X* ou *dispositivo Y*. Dessa forma, lembramos as perguntas críticas apontadas por Ignacio Martín-Baró (1996) – importante psicólogo salvadorenho e formulador de uma proposta de Psicologia Popular na forma da Psicologia da Libertação –, as quais o/a psicólogo/a deve se fazer no que se refere ao seu papel e função social:

não devem centrar-se tanto no onde, nas no *a partir de quem*; não tanto em como se está realizando algo, quanto em *benefício de quem*; e, assim, não tanto sobre o tipo de atividade que se pratica (clínica, escolar, industrial, comunitária ou outra), mas sobre quais são as *conseqüências históricas concretas* que essa atividade está produzindo (Martín-Baró, 1996, p. 22).

Ainda em conformidade com Boechat (2022, p. 34), numa longa, mas necessária citação:

O trabalho de psicólogas e psicólogos junto a grupos comunitários, movimentos sociais, organizações sindicais e partidos políticos, portanto, não deve decorrer do caráter mais ou menos militante e politizado da psicóloga e do psicólogo, mas é consequência necessária da decisão por uma prática profissional que contribua efetivamente para a conformação do sujeito social capaz da necessária e desejada transformação social. Ela é o corolário de uma decisão política em favor dos interesses das amplas maiorias populares que expressam, na sua diversidade, a complexidade e ao mesmo tempo a unicidade da classe trabalhadora

Queremos, com isso, evitar ruídos quanto às possíveis mistificações e deslegitimações sobre um projeto de Psicologia Popular como se fosse sinônimo de doutrinação ideológica e/ou político-partidária feito pelo/a psicólogo/a – algo que, inclusive, caracterizaria uma conduta antiética, conforme o Código de Ética da Psicologia (Brasil, 2005). Da mesma forma, não se trata de idealizar ou romantizar tais grupos, movimentos etc., como se fossem desprovidos de limitações, contradições, de modo que a *práxis* com eles também fosse mais simples ou igualmente isenta de contradições. O que buscamos refletir é a premência de que isso seja considerado enquanto parte e horizonte constitutivos da *práxis* psi, conformando um *projeto ético-político* da Psicologia, o que passa necessariamente, pela conscientização da dimensão política da própria Psicologia – como ciência e profissão –, não sendo possível, portanto, uma *práxis* psi neutra, imparcial, apolítica ou uma Psicologia meramente técnica, como se esta técnica também não fosse política, perpassada por uma dimensão ética. Propomos, então, tanto a conscientização acerca da dimensão política da *práxis* quanto a politização da *práxis* (para além da atuação técnica ou, melhor dizendo, para uma politização consciente da técnica, afinal, ela é política independentemente de se ter consciência ou não disso). E mais, que isso se faça orientado ao fortalecimento coletivo das maiorias populares, de modo que o *locus* de poder, aliás, está nesta comunidade, em tais grupos etc., são eles; grosso modo, as frações e parcelas da classe trabalhadora com as quais se trabalha em conjunto, as maiorias populares.

Não é suficiente, portanto, um mero processo de *expansão* do alcance da Psicologia a parcelas populacionais que ou foram historicamente negligenciadas pela Psicologia ou, quando consideradas e abordadas por ela, o foram por meio de processos de controle, disciplinamento, normatização, psicopatologização, adaptação e ajustamento, em suma, violência. Pelo contrário, pensar a *popularização* da psicologia apenas ou fundamentalmente por este prisma de aumento do seu alcance social, significa não apenas pensar corporativamente, tomando como cerne os desejos de empregabilidade psi ou o *status* da profissão, como pode implicar a reprodução de tal *modus operandi* acima citado, só que agora estendido a uma maior gama populacional; ou seja, significa a ampliação da função social de controle, de violência da Psicologia (Costa; Farias, 2022).

Ao se debruçar sobre o *desafio popular* à Psicologia Social na América Latina, Martín-Baró (2017) coloca como mudança fundamental:

[...] trocar nosso tradicional idealismo metodológico por um realismo crítico. Aos psicólogos latino-americanos nos faz falta um bom banho de realidade, especialmente dessa realidade que oprime e angustia as maiorias populares. Por isso, aos estudantes que me pedem uma bibliografia toda vez que necessitam analisar um problema, recomendo, primeiro, que deixem-se impactar pelo problema mesmo, que se envolvam na angustiosa realidade cotidiana que vivem as maiorias salvadorenhas, para, então, perguntarem-se sobre conceitos, teorias e instrumentos de análise (Martín-Baró, 2017, p. 78)

A partir do exposto, a extensão aparece como uma mediação possível (e desejada) no âmbito da formação, das universidades, para uma aproximação da Psicologia com o grosso da população, com as parcelas mais pauperizadas, subalternizadas, exploradas e oprimidas; uma aproximação no sentido *baroniano*, de um *bom banho da realidade*, resultando num amplo processo de reformulação ontológica, epistemológica e metodológica, teórico-prática e ético-política da própria Psicologia. Por exemplo, de acordo com Costa e Lordello (2019, p. 41),

Não adianta o olhar para o(a) brasileiro(a) se em minhas abstrações ontológicas e epistemológicas tomo o europeu ou o estadunidense dos séculos XIX, XX e XXI como ideal. Assim, nunca o(a) enxergarei como ser em si; no máximo como um não-europeu, não-estadunidense, imputando a este inferiorizações e culpabilizações ou visualizando possibilidades de mudança, sob a forma de conceitos, teorias e práticas que, mesmo bem-intencionadas, corroboram e justificam o que a colonização imputou a nós na dinâmica social global e o modo de produção e reprodução capitalista tratou de assentar

Por fim, em consonância a Góis (1984, p. 91) “[n]ão podemos, como Psicólogos, ficar omissos como se esses problemas não fossem nossos ‘problemas ou o problema básico da humanidade’”. Contudo, para que isto ocorra, precisamos também debater: *que extensão queremos?*

DE QUE EXTENSÃO ESTAMOS FALANDO?

Paulo Freire (2022) no texto *Extensão ou comunicação?*, se propôs a analisar o que se concebia por *extensão*, tomando como mote o papel do agrônomo numa realidade de massiva concentração de terra e necessidade de reforma agrária. Indo desde uma análise filológica, passando pela semântica, mas também localizando-as histórica e socialmente, o autor chega à conclusão de que mais que um mero *extensionista*, o agrônomo se tratava de um *educador* (ou deveria ter consciência disso, para que pudesse concretizar sua *práxis* nesse sentido). Paulo Freire aponta, então, a necessidade de, ao invés de pensarmos nossa *práxis* como mera *extensão*, a reconhecemos como ato educativo, como *práxis* pedagógica, que passa, necessariamente, pela comunicação, pelo diálogo.

Tomando a extensão enquanto o ato de estender algo (a alguém) – no caso, os conhecimentos e as técnicas –, Freire (2022) aponta a necessidade de ruptura com esta forma de agir, na qual o *extensionista*, a Universidade, a Psicologia seriam os *sujeitos*, enquanto a comunidade e os indivíduos que nela se fazem e a produzem seriam meros *objetos*. Ora, não é este o *modus operandi* da Psicologia, que buscamos superar na/para a construção de uma Psicologia Popular? Tomemos como exemplo o carro-chefe da Psicologia, a clínica autônoma-liberal, no molde individual-privativo:

qual é a nomenclatura que se dá ao indivíduo com o qual ela se relaciona? *Paciente*. Um ser passivo, que espera, que recebe. E se há um *paciente*, há de haver um *impaciente*, aquele/a que não espera, mas que age (o agente) e, mais, que diz o que deve ser feito ao ser que espera. É a/o psicóloga/o.

Isso também serve para outros locais tradicionais de ocupação da psicologia, como o mundo do trabalho (fábricas, empresas, organizações etc.), escolas, dentre outros, que historicamente abordaram as parcelas mais subalternizadas da classe trabalhadora, mas num sentido de controle, normatização, psicopatologização, segregação, adaptação e ajustamento, em suma, de violência a corroborar o *normal* exploratório e opressivo de nossa sociabilidade. E tal função social em prol da reprodução e manutenção da ordem só é possível, justamente, nos marcos de uma atuação (e a identidade profissional moldada a partir dela) que toma o outro como ser passivo, *paciente*, mero objeto; uma negação, portanto, deste como *sujeito*.

Dessa forma, em consonância a Góis (1984, p. 122), se “[f]azer uma Psicologia Popular não é ter como objetivo criar uma nova área de Psicologia”, também não é qualquer forma de *extensão* que nos interessa ou, mesmo, criar uma área de extensão nova, mas produzir uma extensão (popular) que contribua para a organização popular, para a auto-organização e autodeterminação da própria classe trabalhadora, de modo que, no horizonte, nem a Psicologia nem a extensão sejam mais necessárias. Ou seja, se o objetivo é contribuir para a auto-organização e autodeterminação, para a construção do poder popular, por meio de uma Psicologia Popular, tendo a extensão como instrumento fundamental, o objetivo é, pois, que não precisemos mais da extensão e da Psicologia. Grosso modo, que tudo aqui que a extensão possibilita não seja algo privativo e exclusivo dela, mas propiciado por inúmeras outras formas de ação no âmbito universitário e formativo; e mais, que vão além do próprio contexto universitário, sendo produção da própria coletividade humana e não algo restrito a determinados (e poucos) espaços e iniciativas – por mais que valorosos. E o mesmo vale para a Psicologia. Não à toa, Boechat (2022, p. 36) postula que: “ao invés de ocuparmo-nos exclusivamente da construção de uma “nova psicologia” (tarefa, sem dúvida alguma, bastante importante), precisamos lutar e trabalhar pela construção uma nova sociedade em que a psicologização da ‘questão social’ seja substituída por uma forma de responsabilidade comunitária”.

E, ainda em consonância com Freire (2022), os processos de auto-organização e autodeterminação requerem não apenas o *aprender*, em termos conteudistas, numa lógica bancária, mas o *aprender*, o que por sua vez, requer esforços não de *extensão per se*, mas de *conscientização*. Não à toa, é nítida a influência de Paulo Freire em Martín-Baró (1996), quando este vai apregoar a *conscientização* como horizonte do quefazer, isto é, da práxis do/a psicólogo/a, independentemente do seu contexto de inserção e trabalho.

Considerando o exposto, utilizamos o termo *extensão*, por ser um termo já consolidado nos meios nos quais nos inserimos e circulamos, mas com o significado e o sentido atribuídos por

Paulo Freire autor: o de ação educativa e o seu caráter inerentemente dialógico, de comunicação – que possibilita a equivalência de valores entre o educador (que também é educando) e o educando (quem também é educador). Até porque o “conhecimento não se *estende* do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações” (Freire, 2022, p. 43).

A extensão, da forma como aqui é concebida, possibilita, então, irmos além não só da Psicologia, mas da própria centralidade do saber especializado, bem como dos profissionais (mesmo aqueles em formação) como o “componente principal de sus programas de acción” (Saforcada, 2008, p. 10), seja em perspectiva interdisciplinares, transdisciplinares e/ou intersetoriais, como apregoam as próprias DCNs da Psicologia (Brasil, 2019) e as perspectivas hegemônicas da extensão em Psicologia que, a despeito, de seus avanços ainda se pautam na/pela centralidade da Psicologia – e da Universidade em tais processo (Guedes *et al.*, 2009; Costa Neto *et al.*, 2020; Jager *et al.*, 2021). Ou seja, a preocupação e o compromisso centrais ainda são com a Psicologia – por mais que tal compromisso não seja irrelevante.

Essa problematização nos remete ao que Enrique Saforcada, importante psicólogo e sanitarista argentino, denominou de *paradigma da saúde comunitaria*, em que “el componente principal es la comunidad y el equipo multidisciplinario de salud es colaborador o participante, entendiendo la participación en este caso como el tomar parte en las decisiones sobre la salud de la cual la comunidad se apropia porque es su salud” (Saforcada, 2008, p. 11). O que o autor sintetiza vale não só para o setor saúde, mas para a *práxis* sociocomunitária como um todo, num horizonte de fortalecimento do poder popular. Ademais, como apontado por ele, tal movimento implica um processo “de devolución del poder de decisión sobre su salud a la sociedad que hoy no está comenzando a avisar que si no se lo devolvemos nos lo arrebatarán” (p. 12), de modo que o papel da Psicologia – e, nisso, da extensão em Psicologia (mesmo que vá além dela) – é o de fortalecer tais indivíduos, organizações, comunidades a se apropriarem dos meios de (auto)produção da vida e, nisso, de si próprios.

Por fim, para que tudo isto aconteça, é necessário que a extensão seja reconhecida, antes de tudo, pelo que ela é: trabalho, formação, articulação de prática e produção de conhecimento contextualizados. Dizemos isto, inclusive, considerando o contexto atual, em que mais luz é lançada na extensão, a partir de normativas que, ao mesmo no papel, se põem não só a normatizá-la, mas a reconhecer sua relevância e a fortalecê-la (Brasil, 2018), com tal ganho de relevo também sendo expresso na Psicologia (Brasil, 2019). Que tais movimentos sejam de valorização, concreta, da extensão, ao invés de incorporações retóricas e/ou genéricas da extensão nos currículos – algo que diz também da responsabilidade de docentes, discentes, técnicos, gestão, em suma, todos nós enquanto comunidade acadêmica.

Não incorremos aqui em romantizações ou idealizações sobre a extensão, ainda mais no atual contexto social, político, econômico em que as instituições de ensino públicas têm sido cada vez mais sucateadas, atravessadas por lógicas empresariais-mercantis (algumas, inclusive, travestidas de extensão) e que se chocam com a concepção de extensão aqui proposta, obstaculizando-a quantitativa e qualitativamente. A partir da nossa experiência, fazer extensão nos moldes aqui defendidos, não só tem significado *mais trabalho*, mas *mais trabalho não pago*; pior, por vezes, *mais trabalho pago por nós*, em que algumas das ações acabam sendo custeadas por docentes, discentes e demais participantes. Logo, a defesa de uma extensão – ou comunicação – popular passa necessariamente pela defesa de uma educação pública, de qualidade, socialmente referenciada, assim como por melhores condições de trabalho, de estudo e permanência estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, partimos de nossas experiências com a extensão *a partir da Psicologia* para discorrer sobre a relevância da extensão (ou comunicação) na construção de um projeto de Psicologia Popular. Como explicitado, o intuito não foi o de relatar as experiências propriamente ditas na extensão, mas o de refletir sobre que tipo de Psicologia Popular e de extensão queremos, e como a segunda pode – e deve – contribuir à primeira. Todo o processo aqui exposto aponta para que a extensão e a Psicologia, no intuito de fortalecerem a auto-organização, a autodeterminação das maiorias populares na construção do poder popular, sejam tomadas como *meios* e não *fins* em si; mediações táticas para um horizonte que será construção e resultado das próprias mãos, pernas, mentes da classe trabalhadora enquanto sujeito coletivo. Além disso, junto ao movimento que *vá além* de ambas, reside a necessidade de que sejam repensadas, desde suas concepções, de suas bases até as suas implicações concretas nas vidas das pessoas.

Nesse ínterim, dialogamos com iniciativas históricas na Psicologia brasileira – e, em extensão, latino-americana – e que atravessaram a Psicologia, mesmo que oriundas de outros campos do saber-fazer, como a pedagogia e educação popular *freireana*, sendo mais alguns exemplos da necessidade de se ir além da Psicologia e da própria extensão. Inclusive, as citações diretas em alguns momentos do trabalho, que podem soar como excessivas, a nosso ver, são um demonstrativo de que o que aqui se propõe tem lastro histórico na própria psicologia – e na extensão como um todo – e se apresenta enquanto um horizonte que não é apenas factível, mas necessário.

REFERÊNCIAS

BOECHAT, Filipe. A psicologia entre a política social e o poder popular. In: OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; SOUSA, Burnier Sales de (orgs.) **Psicologia e políticas sociais: conservadurismo em tempos de capital-barbárie**. Florianópolis: ABRAPSO Editora, 2022. Cap. 2, p. 25-37.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 5, de 15 de março de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN52011.pdf?query=Brasil. Acesso em 12 de outubro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 1.071, de 4 de dezembro de 2019, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Psicologia e estabelecimento de normas para o Projeto Pedagógico Complementar (PPC) para a Formação de Professores de Psicologia. Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=236641-pces179-22&category_slug=fevereiro-2022-pdf&Itemid=30192. Acesso em 12 de outubro de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; FARIAS, Tadeu Mattos. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência à (crítica da) psicologia brasileira. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, p. 331-360, 2022.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; LORDELLO, Silvia Renata. Psicologia e realidade brasileira: notas preliminares para uma práxis psicossocial. In: ANTLOGA, Carla *et al.* (orgs.). **Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea 4**. 1ed. Brasília: Technopolitik, 2019, p. 37-52.

COSTA NETO, Alexandre Alves *et al.* A Extensão Universitária como Dispositivo para Formação do Psicólogo em Saúde Mental. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 471-488, 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 25 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2022

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. Proposta de um caminho para a Psicologia junto à classe oprimida. Por uma Psicologia Popular. **Rev. de Psicologia**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 87-122, 1984.

GUEDES, Carina Ferreira. Ensino, Pesquisa e Extensão na Formação em Psicologia: a experiência na Bandeira Científica. **TransFormações em Psicologia**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 32-50, 2009.

JAGER, Márcia Elisa *et al.* Formação em psicologia e práticas extensionistas: relato de uma experiência universitária. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 27, p. 1-19, 2021.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O desafio popular à psicologia social na América Latina. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 66-88.

MENDES, Kíssila Teixeira; COSTA, Pedro Henrique Antunes da. Psicologia e pobreza no Brasil: Histórico, produção de conhecimento e problematizações possíveis. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 1118-1136, 2018.

SARFOCADA, Enrique. El concepto de salud comunitaria ¿Denomina solo un escenario de trabajo o también una nueva estrategia de acción en salud pública? **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 03-13, 2008.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 30-37, 2007.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 6-17, 2012.